



Atravessamentos do Urbanismo por teorias e práticas anarquistas - Campo de debates em torno da Participação no pensamento urbanístico

Autores:

Marina Silveira Muniz Ferreira - Universidade Federal Da Bahia - marinamuniz.arq@gmail.com

Resumo:

Os conceitos de autonomia, autogestão e colaboração estão presentes, atualmente, em intervenções urbanas realizadas por coletivos artísticos e/ou ativistas, arquitetos, urbanistas e designers nas grandes cidades brasileiras e mundo afora. Muitas são as investigações que reafirmam o potencial de tais ações que, quase sempre desvinculadas do estado, tomam para si a responsabilidade pela transformação dos espaços públicos urbanos. Apoiado no estudo historiográfico desses conceitos (e sua polissemia) que hoje retornam às proposições e reflexões sobre o fazer cidade, o presente artigo traz reflexões resultantes de uma iniciação científica que se propôs buscar possíveis atravessamentos do urbanismo pelas teorias e práticas anarquistas, integrando uma investigação maior acerca do que é considerado como um “campo de debates em torno da participação” no pensamento urbanístico. Evidenciar alguns diálogos, convergências e tensionamentos entre teorias anarquistas e este campo de debates no pensamento urbanístico é o objetivo do presente artigo, visando contribuir na tarefa coletiva de construção de uma história da arquitetura e do urbanismo mais complexa e plural.

ATRAVESSAMENTOS DO URBANISMO POR TEORIAS E PRÁTICAS ANARQUISTAS

Campo de debates em torno da *Participação* no
pensamento urbanístico

RESUMO

Os conceitos de *autonomia*, *autogestão* e *colaboração* estão presentes, atualmente, em intervenções urbanas realizadas por coletivos artísticos e/ou ativistas, arquitetos, urbanistas e designers nas grandes cidades brasileiras e mundo afora. Muitas são as investigações que reafirmam o potencial de tais ações que, quase sempre desvinculadas do estado, tomam para si a responsabilidade pela transformação dos espaços públicos urbanos. Apoiado no estudo historiográfico desses conceitos (e sua polissemia) que hoje retornam às proposições e reflexões sobre o fazer cidade, o presente artigo traz reflexões resultantes de uma iniciação científica que se propôs buscar possíveis atravessamentos do urbanismo pelas teorias e práticas anarquistas, integrando uma investigação maior acerca do que é considerado como um “campo de debates em torno da participação” no pensamento urbanístico. Evidenciar alguns diálogos, convergências e tensionamentos entre teorias anarquistas e este campo de debates no pensamento urbanístico é o objetivo do presente artigo, visando contribuir na tarefa coletiva de construção de uma história da arquitetura e do urbanismo mais complexa e plural.

ABSTRACT

The concepts of autonomy, self-management and collaboration are currently present in urban interventions carried out by artistic collectives and / or activists architects, urbanists and designers in the great Brazilian cities and among the world. Many are the investigations that reaffirm the potential of such actions that, usually unrelated to the state, assume the responsibility for the transformation of public spaces. Based on the historiographic study of these concepts (and their polysemy) that today return to the propositions and reflections on the making of the city, this article brings reflections resulting from a scientific initiation that sought to seek possible crossings of urbanism by anarchist theories and practices, integrating a greater investigation about what is considered as "field of debates around participation" in urban thinking. To demonstrate some dialogues, convergences and tensions between anarchist theories and this field of debates in urbanistic thinking is the aim of this article, aiming to contribute to the collective task of building a more complex and pluralistic history of contemporary architecture and urbanism.

INTRODUÇÃO

Os conceitos de *autonomia*, *autogestão* e *colaboração* se fazem presentes, atualmente, no campo do urbanismo, em ações de intervenções urbanas realizadas por coletivos artísticos e/ou ativistas, arquitetos, urbanistas e designers nas grandes cidades brasileiras e mundo afora. Ancorados no esgotamento da confiança nas políticas públicas urbanas para resolução de problemas da vida cotidiana das metrópoles, os grupos que executam tais intervenções questionam o planejamento a longo ou médio prazos e reivindicam novas possibilidades de produção da cidade contemporânea. No Brasil, o Instituto de Arquitetos (IAB) realiza, desde 1993, o Prêmio Gentileza Urbana, para laurear pequenas atitudes dos cidadãos que colaboram para melhorar a vida nas cidades. Em 2014, a exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* no Museu de Arte Moderna de Nova York, evidenciou as discussões sobre *Urbanismo Tático*. A conferência da UNHABITAT de 2015 teve como tema *Public Spaces*, focando exatamente nas microações de coletivos. Muitas são as investigações¹ que reafirmam o potencial de tais ações que, quase sempre desvinculadas do estado, tomam para si a responsabilidade pela transformação dos espaços públicos urbanos.

Apoiado no estudo historiográfico de conceitos que hoje retornam às práticas e às teorias do *fazer cidade*, o presente artigo traz reflexões resultantes de uma iniciação científica² que se propôs buscar possíveis atravessamentos do urbanismo pelas teorias e práticas anarquistas, integrando uma investigação maior acerca do que é considerado como um “campo de debates em torno da participação” no pensamento urbanístico. Essa pesquisa está inserida em um trabalho coletivo de investigação historiográfica³ e reflexiva em torno dos pensamentos urbanísticos, pensando esse campo de forma transversal, explodindo seus limites e se debruçando a outras áreas do conhecimento sobre cidades. O trabalho coletivo possui como foco investigativo central o levantamento de dados acerca de acontecimentos do urbanismo⁴ e, principalmente, a complexidade da circulação das ideias urbanísticas e seus desdobramentos propositivos buscando evidenciar as diferentes relações, tensões, contradições, embates e confrontos entre elas. Ancorada na ideia do *pensar por nebulosas*⁵,

¹ A exemplo das publicações de Mike Lydon e Antony Garcia *Urbanismo tático: ação a curto-prazo para mudança a longo-prazo* (2011; 2012; 2013; 2014; 2015); o trabalho *Microplanejamento: práticas urbanas criativas*, desenvolvido por Rosa (2011); a obra *Táticas de artistas na América Latina: coletivos, iniciativas coletivas e espaços autogestionados*, de autoria de Paim (2012), para citar algumas das inúmeras publicações recentes neste sentido.

² Desenvolvida no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, com apoio da FAPESB, esta pesquisa de iniciação científica, orientada pela prof^a pesquisadora [identificação], integra a [identificação], coordenada pelas professoras [identificação].

³ A pesquisa [identificação], realizada desde 2003, surgiu a partir da colaboração, primeiramente, entre a equipe do [identificação], coordenada pela Prof^a [identificação], no PPG-AU/FAUFBA, e a equipe do [identificação], no PROURB/FAU-UFRJ coordenada pela Prof^a [identificação]. A pesquisa produz o site [identificação], uma plataforma interativa que dispõe para o público os dados relativos às teorias e aos acontecimentos do campo do urbanismo em uma só base e arquivo digital, ao mesmo tempo em que evidencia relações entre os mesmos.

⁴ Categorizados por Projetos, Publicações, Eventos e Fatos relevantes.

⁵ Tal como proposto por Pereira (2018) em diálogo com proposições de Christian Topalov: “A metáfora parece útil para evocar essas formas vaporosas que se agregam para se constituir de modo denso em certas zonas, fluido e esgarçado em outras, se consolidando ou se diluindo a partir da interação de umas com outras ou francamente em situação de isolamento.” (PEREIRA, 2014, p. 202). É importante salientar que a nebulosa não é entendida pela autora como um produto final, mas

a pesquisa fomenta as diversas possibilidades de leitura e reflexão em torno das relações entre os acontecimentos que, em alguma medida, tensionam paradigmas do pensamento urbanístico.

Nos últimos dois anos, a partir do projeto comum, o trabalho coletivo foi dividido em três subgrupos internos, cada qual responsável por uma “nebulosa do pensamento urbanístico”, sendo as três articuladas entre si: uma, em torno do moderno; outra, em torno do popular; e uma terceira, em torno da participação. O enfoque investigativo da iniciação científica se delineou ao longo do processo de inserção na equipe responsável pela investigação dos debates sobre *participação* no pensamento urbanístico. De forma resumida, este processo⁶ englobou a imersão nas produções historiográficas mais disseminadas e consagradas pelo ensino da história da arquitetura e do urbanismo no Brasil, buscando mapear nessa “história oficial” (GAGNEBIN, 2013) do campo como são narradas as práticas e teorias que são tangenciadas ou atravessadas de alguma forma pela noção de *participação*. A despeito da quantidade de acontecimentos rastreados em diferentes fontes e estudos para o infundável processo de construção da nebulosa, chama a atenção o fato destes ideários e experiências críticas serem ainda relativamente invisibilizados e pouco complexizados pela historiografia corrente, contribuindo para uma abordagem homogeneizante em torno dos mesmos e, sobretudo, da própria ideia de “participação” que de alguma forma implicaram⁷.

Ao sobrepor as narrativas aprofundadas pela equipe de pesquisa em paralelo, é perceptível a recorrente eleição (e subsequente reprodução) de alguns acontecimentos, como é caso da exposição *Architecture without Architects*, de autoria do Bernard Rudofsky, em 1964 no MOMA de Nova York; a experiência de Hassan Fathy em Nova Gurna, nos anos 1940; o projeto participativo do Vilagio Matteotti, no qual atuou Giancarlo De Carlo, nos anos 1970; as viagens e publicações de John Turner sobre o Peru e a América Latina, nos anos 1960/70; as publicações de Christopher Alexander assim como suas experiências práticas nos Estados Unidos, nos anos 1970. Não existe, portanto, uma grande variedade quanto o que é apresentado pela produção da historiografia corrente e cabe aqui problematizar o fato de que alguns acontecimentos deixam de aparecer, assim como as relações entre eles.

Em paralelo à imersão na historiografia oficial, o tensionamento destas com produções *outras*, tais como publicações ainda não traduzidas para o português, revistas especializadas, periódicos, produções acadêmicas como artigos, teses e dissertações,

um “modo de pensar” tomando como ponto de partida as relações entre os acontecimentos, uma ferramenta de pesquisa em constante construção que possui caráter processual, experimental e dinâmico.

⁶ Uma reflexão sobre os modos de fazer da pesquisa coletiva, e especificamente desta equipe que investiga o “campo de debates sobre participação” (incluindo o processo de construção da nebulosa do campo de debates sobre participação, assim como as reflexões geradas por este, pelos acontecimentos mapeados e por suas relações) será publicado no tomo II do livro *Nebulosas do Pensamento Urbanístico*, mais especificamente no capítulo “*Nebulosas do pensamento urbanístico em torno do moderno, do popular e da participação: modos de fazer mutantes, errantes, desviantes*” (no prelo).

⁷ A historiografia revisitada até o momento reserva para as experiências críticas nas quais a questão da participação emerge, geralmente, um capítulo (ou a seção de um capítulo) quase que à parte da narrativa construída nos demais. Esta separação, associada aos títulos e às terminologias e expressões adotadas ao longo da narrativa, reforça um imaginário de que tais experiências, em geral alcunhadas “alternativas” (Cohen, 2012; Montaner, 2001), seriam um “desvio” na atuação profissional de arquitetos e urbanistas dogmatizada e na própria conformação do campo.

possibilitou a complexização frente a acontecimentos mais evidenciados, o acesso a outros menos difundidos, e, sobretudo, a compreensão de suas relações pouco evidenciadas. O interesse em estudar os atravessamentos das teorias e práticas anarquistas para o campo do urbanismo é justificado, portanto, não apenas pela atual proliferação de ações ditas cooperativas ou autogestionárias de intervenção na cidade contemporânea, mas também pela secular relação, ainda pouco explorada nas produções historiográficas⁸, entre arquitetos, urbanistas, demais agentes do campo que diz respeito à cidade e à vida urbana, e teóricos anarquistas.

A consideração de que os trabalhos de John Turner (1963; 1968; 1972; 1976) fomentaram, internacionalmente, o campo de debates sobre participação (sendo suas experiências junto às barriadas peruanas e suas reflexões teóricas alguns dos acontecimentos mais visibilizados deste campo, ainda que muitas vezes de forma reducionista, na produção historiográfica investigada), direcionou inicialmente a pesquisa de iniciação científica para suas produções, as quais desdobram os conceitos de *autonomia*, *autogestão*, *colaboração* e *liberdade* em reflexões sobre a produção da cidade e da habitação. Nesse sentido, apesar de não se autodenominar “anarquista”, Turner foi considerado pela pesquisa a porta de entrada para investigar os atravessamentos do urbanismo pelas teorias e práticas anarquistas, propiciando identificar um conjunto de arquitetos que tensionam os conceitos mencionados anteriormente e seus desdobramentos no *fazer cidade*, contribuindo para adensar as nebulosas do pensamento urbanístico em torno da *participação*. Evidenciar alguns diálogos, convergências e tensionamentos entre teorias anarquistas e este campo de debates no pensamento urbanístico é o objetivo do presente artigo, visando contribuir na tarefa coletiva de construção de uma história da arquitetura e do urbanismo contemporâneos mais complexa e plural.

Atravessamentos do urbanismo pelas teorias e práticas anarquistas

A defesa da autonomia dos “usuários” – homens comuns, trabalhadores, pobres - nas decisões que dizem respeito ao ambiente construído como solução para a problemática urbana, especialmente, em relação ao déficit habitacional e à qualidade das habitações, se fez presente nas publicações do arquiteto britânico John Turner após sua experiência no Peru (1957 – 1965). Em 1963, ainda em solo peruano, publicou para a revista norte-americana *Architectural Design*⁹ uma edição intitulada *Dwelling resources in South América*,

⁸ Com exceção de Peter Hall, que já na introdução do seu livro *Cidades do Amanhã*, afirma que muitas das iniciais visões do movimento urbanístico tenham convergências com movimento anarquista que floresceu nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX. (HALL, 2016, p. 20). Em outros momentos desta publicação, o autor expõe as relações que importantes nomes da história do urbanismo mantiveram com as teorias anarquistas. Como iremos mencionar novamente ao longo deste artigo, Hall não apenas manteve uma estreita relação com alguns destes teóricos: também engrossou o caldo das publicações que, de alguma forma, remetem às teorias anarquistas, a exemplo do artigo em conjunto com Banham, Berker e Price intitulada *Non-Plan: An Experiment in Freedom* (de 1968).

⁹ Segundo o arquiteto britânico Colin Ward (2000), cuja contribuição será desdobrada no presente trabalho, durante o período em que Monica Pidgeon foi editora da *Architectural Design*, a revista publicou “não apenas sobre as fantasias do Archigram mas também sobre a autoconstrução na Inglaterra dos primeiros 40 anos do século XX.” Segundo Parnel (2011), constituem este adensamento as publicações de: Paul Andrews, Malcolm Christie e Richard Martin, “Squatters and the evolution of a lifestyle”, *Architectural Design*, janeiro de 1973; Geoffrey K. Payne, “Functions of Informality: A case study of

editado por Patrick Crooke, no qual problematiza a insuficiência da habitação em massa e enfatiza a necessidade de estabelecer o diálogo intenso e contínuo com os habitantes de uma ocupação desde o momento do seu planejamento e, sobretudo, durante o seu desenvolvimento e administração, o que, com raras exceções, está ausente nas habitações modernistas. Além da valorização do diálogo com os habitantes como ferramenta de gestão, Turner destaca a adaptabilidade dos espaços autoproduzidos às demandas da família que, assim como seus padrões comportamentais, estão em constante mutação.

Turner trabalhou para que o seu aprendizado acerca da valoração da autogestão na produção e administração dos espaços alcançasse outros profissionais, o que, de fato foi alcançado: suas obras contribuíram para a internacionalização do debate sobre participação em arquitetura e urbanismo¹⁰. Em menos de uma década, publicou novamente na *Architectural Design*, para a edição de agosto de 1968, intitulada *Architecture of Democracy*¹¹, e, no mesmo ano, visitou o Brasil¹² a convite do SERFHAU¹³ para ministrar, no Rio de Janeiro, o curso *Programa Habitacional e Favela*. Visitou outras cidades brasileiras como Salvador e, ainda nesta oportunidade, concedeu uma entrevista para a revista *Arquitetura*, publicada pelo *Instituto de Arquitetos do Brasil*, na qual critica a insuficiência dos conjuntos habitacionais frente à questão da habitação e como as ocupações autoconstruídas apresentam potencialidades, principalmente no que tange à autogestão¹⁴.

Em 1972 publica o livro *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*, no qual a tensão sobre a liberdade assume papel significativo desde o título, aspecto que já vinha sendo problematizado por Turner desde sua primeira publicação, quando afirmou que o homem livre deveria construir a sua própria vida e, nessa perspectiva, relacionou o valor existencial da *barriada* a três liberdades: liberdade de adesão da comunidade, liberdade de pagamento dos recursos e a liberdade de moldar o próprio ambiente (TURNER, 1963, p.357).

squatters settlements in India", *Architectural Design*, Agosto de 1973; John Pollard, "Squatting in the City", *Architectural Design*, Agosto de 1973; as edições "Liberty Communes", *Architectural Design*, de fevereiro de 1971 e de dezembro do mesmo ano, a edição "Libre" *Architectural Design*. Tal panorama evidencia a possibilidade de novas agendas de pesquisa, a partir desta iniciação, debruçadas sobre o conteúdo das revistas especializadas de arquitetura e urbanismo.

¹⁰ É importante mencionar, no entanto, que Turner não deve ser considerado um pioneiro na defesa pela participação e autonomia dos usuários na construção do espaço: a nebulosa dos pensamentos urbanísticos em torno da participação está adensada com demais agentes e acontecimentos, os quais contribuem para o entendimento de outros sentidos da *participação* como por exemplo a assistência técnica e a arquitetura vernacular. Devido ao breve espaço para narrar a complexidade da nebulosa da pesquisa em sua totalidade, cabe aqui, mais uma vez, a recomendação da leitura do capítulo "*Nebulosas do pensamento urbanístico em torno do moderno, do popular e da participação: modos de fazer mutantes, errantes, desviantes*", presente no tomo II do livro *Nebulosas do Pensamento Urbanístico* (no prelo).

¹¹ Na qual também constam, segundo a contracapa, contribuições do arquiteto e urbanista Robert Goodman, que em 1971 publicaria a obra *After the Planners*, expondo os conflitos do planejamento urbano estadunidense. Vale a pena mencionar a congruência de seu trabalho com a obra *Life and Death of Great American Cities*, publicada dez anos antes, de autoria da jornalista norte-americana Jane Jacobs.

¹² Para uma reflexão acerca das contribuições de Turner para a questão habitacional brasileira e latino-americana, recomenda-se a leitura de Espizona e Grappi (2017).

¹³ O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), entidade autárquica criada pela Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, era a entidade elaboradora e coordenadora da política nacional no campo de planejamento local integrado, estabelecida dentro das diretrizes da política de desenvolvimento regional, em articulação com o Ministério do Planejamento e o Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais, órgão implementado e encerrado durante a ditadura militar.

¹⁴ "Mostraram-me soluções que são problemas e problemas que são soluções" (TURNER, 1968, p. 18).

Ainda sobre a publicação de 1972, a questão do diálogo é retomada pelo arquiteto de forma mais problematizada. Após narrar a experiência em autoajuda e autoconstrução da *Oficina de Asistencia Técnica a las Urbanizaciones Populares de Arequipa*¹⁵ (OATA), Turner afirma que construções realizadas por grandes e hierárquicas agências organizadas, sejam públicas ou comerciais, propiciam pouco espaço para diálogo. Quando as pessoas constroem por conta própria, segundo o arquiteto “existem mais oportunidades para relações genuínas entre pessoas que se uniram pela atividade e, portanto, pela criatividade, orgulho e satisfação provenientes do próprio trabalho” (TURNER, 1972, p. 145). Após afirmar que, quando o valor humano da habitação é levado em consideração, o poder de decisão deve permanecer com os usuários, Turner ratifica que sua visão de liberdade na construção dos espaços é justamente o poder de escolha:

“Isso não quer dizer que toda família deve construir suas próprias casas, como fazem os ocupantes urbanos, mas sim que família deve ter liberdade para escolher sua própria moradia, construir ou dirigir sua construção, se desejar, e usá-la e gerenciá-la em seus próprios caminhos.” (TURNER, 1972, p. 154, tradução nossa).

Autonomia, liberdade, horizontalidade: de fato, são diversos os momentos em que os conceitos presentes nas teorias anarquistas afloram no discurso de Turner, que problematiza a questão de “quem decide e quem faz o quê e para quem” para além da problemática habitacional, buscando questionar inclusive os valores comercializados ou institucionalizados das sociedades modernas (TURNER, 1976). Sua crítica às instituições centralizadoras de poder, que encontrou na questão urbana e habitacional um direcionamento, se expande para outras áreas:

“Enquanto possa parecer ridículo imaginar um mundo populoso sem organizações e autoridades (...), é absurdo pensar em uma Autoridade Mundial da Habitação, centralizando o suprimento humano de unidades habitacionais. Onde o absurdo é uma realidade parcial, como na internacionalização da agricultura, o perigo de escassez desastrosa de commodities nunca foi tão grande ou iminente. No fato histórico, boas moradias, como a abundância de alimentos, são mais comuns onde são produzidas localmente através de estruturas em rede e tecnologias descentralizadoras.” (TURNER, 1976, p.5, tradução nossa).

É importante deixar claro que, em seus escritos, Turner não se autodenomina anarquista. A palavra *anarchy*, assim como suas variações linguísticas, como *anarchism*, só comparecem em sua publicação *Housing By People: Towards Autonomy in Building Enviroments* no prefácio escrito por seu conterrâneo, o arquiteto Colin Ward, o qual afirma:

“Em nossas diferentes maneiras e em circunstâncias totalmente diferentes, nós fomos fiéis a essa abordagem anarquista da questão fundamental da habitação, e apenas no caso de alguém sugerir que o livro de John Turner é

¹⁵ A *Oficina de Asistencia Técnica a las Urbanizaciones Populares de Arequipa* foi criada por Eduardo Neira em 1955 e tinha o objetivo de contribuir no desenvolvimento das urbanizações populares, em Arequipa, a segunda maior cidade do Perú.

simplesmente uma reação à falência total da política habitacional em todos os países, ricos ou pobres, tenho o prazer de testemunhar que é o resultado de uma vida inteira de envolvimento em questões que são centrais para as esperanças e a felicidade das pessoas comuns em todos os lugares.” (WARD, 1976:37, tradução nossa)

Ward que, por sua vez era declaradamente anarquista, assumiu durante sua trajetória profissional um papel de interlocutor, evidenciando através de suas publicações os diálogos entre os arquitetos que tensionaram a questão da produção da habitação e das cidades através de distintas abordagens de participação e, em especial, da dimensão da autonomia na construção do espaço. Para ele, a defesa de Turner pela liberdade e controle dos usuários na tomada de decisões “é o mesmo princípio de autonomia e responsabilidade que os anarquistas aplicam à indústria, educação, bem-estar social e todas as outras esferas da atividade humana” (WARD, 1976, tradução nossa).

A relação entre ambos teve início antes mesmo da partida de Turner das terras britânicas. Em 1952, Colin Ward, John Turner, Giancarlo De Carlo e Patrick Crooke, este último responsável por editar a obra *Freedom to Build* (1972), se encontraram em Veneza para discutir “a questão crucial de quem fornece e quem decide nas questões habitacionais e de planejamento urbano” (WARD, 1976). Curiosamente, será essa a questão que Turner buscava responder em sua publicação de 1976, na qual conclui:

“A questão central levantada neste livro é: quem decide? Quem decide e quem fornece o que para quem é claramente a questão política de poder e autoridade. A conclusão apresentada no capítulo anterior foi que o controle local sobre atividades existencialmente relevantes (como habitação) e o planejamento central (de recursos localmente escassos e infraestrutura supranacional) são complementares. Mas o controle centralizado de recursos levará apenas ao totalitarismo. Como a experiência contemporânea de assentamentos urbanos nos países pobres demonstra de forma tão esmagadora, as pessoas e suas instituições e empresas locais controlam de fato, embora não em lei, a maior proporção de recursos para moradia.” (TURNER, 1976, p. 161).

Se as publicações de Turner são consideradas, pelo processo investigativo desta pesquisa de iniciação científica, uma porta de entrada às reflexões anarquistas, Ward é visto como o fio condutor aos demais atravessamentos do campo do urbanismo por estas. Escritor, editor, arquiteto, Ward publicou demasiadamente sobre anarquismo, tensionando os conceitos de liberdade e autogestão não somente no campo da arquitetura e urbanismo, como também em outras áreas do conhecimento. Em especial, a publicação *Anarchy in Action* (1973) atravessa em cada capítulo os mais variados campos de estudos como estado, educação, infância, sexualidade, emprego, indústria, entre outros.

Longe de incitar violência, estratégias de revolução armada ou deambular em torno de especulações sobre o que seria uma “sociedade anarquista” (conceito que está distante da visão de anarquismo em que o arquiteto acreditava), a publicação de 1973 buscou demonstrar que o anarquismo, quando entendido como uma forma de organização humana

ou metodologia de ação, se faz presente através das ações diretas, autônomas e de organizações autogestionárias. De maneira um tanto repetitiva, o que enfatiza a insistência do autor em visibilizar acontecimentos que não comparecem às narrativas históricas sobre arquitetura e urbanismo, Ward expôs, através de suas publicações, episódios que evidenciam a capacidade humana de autogerir a produção do espaço habitado, os quais o arquiteto considera como a “história escondida da habitação” (WARD, 2004).

Ward nos convida a olhar para a autoprodução do espaço como estratégia anarquista, não apenas como forma de subverter a lógica centralizadora do movimento moderno¹⁶, mas também como prática quase que inerente à natureza humana frente às necessidades habitacionais (WARD, 1976). Afinal, como destaca o autor, ao longo da história da humanidade (ao que podemos acrescentar, ainda hoje na realidade brasileira e latino-americana), as pessoas comuns foram responsáveis por construir grande parte do seu ambiente habitado utilizando as ferramentas e materiais que tinham à disposição, melhorando e ampliando suas habitações na medida em que convertiam trabalho em capital. Nesse sentido, o anarquista se aproxima, em certa medida, da valorização da arquitetura vernacular¹⁷ e dos ensinamentos que esta pode oferecer aos arquitetos, aspecto que Bernard Rudofsky buscou demonstrar em sua exposição *Architecture Without Architects: a short introduction to an non-pedigreed architecture* no Museu de Arte Moderna de Nova York (1964).

O interesse pela capacidade autônoma de construção motivou o anarquista britânico a investigar a autoconstrução em seu território de origem, a Grã-Bretanha. O fenômeno das *plotlands*, como ficou conhecida a autoconstrução britânica de casas de veraneio no fim do século XIX e início do século XX, marca presença em muitas de suas narrativas. Em coautoria com Dennis Hardy, a publicação *Arcadia for All: The Legacy of a Makeshift Landscape* (1984) é voltada inteiramente para este acontecimento.

O declínio da agricultura inglesa, no fim do século XIX, foi um dos principais fatores para a eclosão do fenômeno por toda a Inglaterra, já que acarretou a baixa dos preços de terras onde antes funcionavam grandes fazendas. Essas áreas, previamente rurais, foram divididas em pequenos lotes e compradas por proletariados com a intenção de construir sua casa de feriado ou em busca de um escape da vida insalubre nas grandes cidades industriais

¹⁶ Ward enfatiza constantemente suas críticas ao Movimento Moderno, o qual, segundo ele “ignorava em primeiro lugar as preferências ambientais das pessoas comuns e, no segundo, o fato de que os sistemas burocráticos modernos, seja do tipo ocidental ou oriental, inevitavelmente subverteria as aspirações humanas dos arquitetos, transformando o profissional em computadores que produzem pacotes ou prima-donas produzindo joias.” (WARD, 1996, p.11, tradução nossa).

¹⁷ Mais de dez anos após a exposição de Rudofsky no MoMA, em uma palestra para a Sheffield University Architectural Society, em 11 de fevereiro de 1976 (a qual foi redigida e convertida em capítulo do livro *Talking to Architects: ten lectures by Colin Ward*, de 1996) o anarquista problematiza a adoção desvinculada do contexto cultural e social da arquitetura vernacular como uma alternativa aos preceitos homogeneizantes do Movimento Moderno. Segundo ele, a adaptabilidade ao contexto climático, social e até mesmo econômico da arquitetura vernacular é o ponto a ser apreendido. Vale a pena mencionar também que, posteriormente, na mesma publicação, ao se referir a *Freedom to Build*, Ward tensiona o sentido da liberdade: “Eles estão preocupados com a satisfação pessoal e familiar (dos moradores). Não estão sugerindo que a fórmula necessariamente implica em autoconstrução. (...). Nem significa necessariamente construir sem um arquiteto.” (WARD, 1996, p. 14, tradução nossa).

britânicas, as quais foram objetos de análise de Engels em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora*¹⁸, de 1845.

Outro fator que contribuiu para o surgimento do fenômeno *Plotlands* foi a ausência de uma estrutura de planejamento urbano e rural ou de aplicação da regulamentação existente sobre a construção de imóveis. Segundo Ward (2004), essas construções evoluíram independentemente conforme as necessidades da família e da comunidade, de modo que as próprias pessoas eram responsáveis não somente pela arquitetura da sua casa, mas também pela construção de infraestrutura urbana de pequena escala como ruas e estradas além de prestação de serviços em redes de apoio mútuo. Um importante aspecto a ser mencionado sobre o fenômeno é como a relação direta com a produção do ambiente construído, além da hereditariedade das construções, fortaleceu o vínculo das famílias com o espaço:

“O que parecia ao observador externo ser inconveniente, abaixo do padrão e longe dos centros comerciais, era para eles carregado de lembranças de dias felizes de verão, quando as crianças eram pequenas. (...). Quando Dennis Hardy e eu tivemos a oportunidade de explorar as *plotlands*, enquanto muitas das famílias originais ainda residiam ali, o que nos impressionou foi o enorme apego por suas casas, sua independência defensiva e seus fortes laços comunitários.” (WARD, 2004, p.4, tradução nossa).

As legislações urbanas britânicas do pós-guerra, com maior controle sobre o desenvolvimento do campo e normatização dos padrões de construção, se mostraram fatais para os *Plotlands* e problemáticos para seus habitantes. As novas legislações e suas fiscalizações interferiram nesse processo autônomo e coletivo de construção de vizinhança e os planejadores analisaram os vilarejos autoconstruídos como um problema a ser eliminado, visando retomar as atividades agrícolas em seus terrenos ou transformar o espaço em parques de recreação.

Ainda nesse momento, após a Segunda Guerra Mundial, as grandes cidades britânicas se encontravam destruídas e o déficit habitacional consequentemente alto, assim como os preços de aluguel. Os trabalhadores sem-teto organizaram então um movimento para ocupar imóveis vazios, *The Squatters Movement*, o qual também comparece assiduamente nas narrativas de Ward. O movimento, porém, não se restringiu à Inglaterra, como relembra Andrew Friend em sua contribuição para a publicação *Squatting: the real story* (de 1980), na qual Ward também contribui. Em maio de 1945, os membros masculinos de sete famílias foram presos após ocuparem uma mansão vazia em Blantyre, na Escócia. O movimento também se fez presente no Norte Europeu, em especial, na Dinamarca, onde acarretou na institucionalização da comunidade autogestionada *Christiania*, a qual ainda hoje residem 800 habitantes.

Segundo Ward (1976) que visitou alguns dos acampamentos em Hampshire, ao sul de Londres, uma característica notável de todo o movimento foi a organização através da

¹⁸ No capítulo “A Grande Cidade”, Engels relata as condições das habitações produzidas pelo mercado imobiliário, que foram construídas “com a única preocupação do maior lucro possível para o construtor” (ENGELS, apud. CHOAY, 1965).

horizontalidade e do diálogo, possibilitando as divisões das acomodações entre as famílias de acordo com suas necessidades. Além disso, o arquiteto ressalta a organização espacial dos acampamentos, incluindo cozinhas e lavanderias comunitárias, bem como enfermarias e creches. No final de 1945 o Ministério do Trabalho ofereceu ao Ministério da Saúde, que na Inglaterra era responsável pela habitação social, mais de 850 assentamentos destinados para moradia popular. Essa pequena conquista fortaleceu o movimento¹⁹, que perdurou durante décadas, aperfeiçoando sua autogestão.

O *Squatters Movement* foi abraçado por linhas libertárias e anarquistas de esquerda, havendo uma eficaz comunicação entre as diferentes comunidades e demais grupos locais, produzindo boletins informativos, como os intitulados *Squatters Handbook*²⁰. Embora as ocupações se desenvolvessem como uma resposta popular de ação direta à necessidade de moradia em nível local, também faziam parte inextricável dos movimentos sociais e políticos radicais das décadas de 1960 e 1970. Além disso, o movimento também gerou grande repercussão para a comunidade de arquitetos britânicos. Segundo Wall (2016), um grupo de estudantes da *School of Environmental Studies*, da Universidade de Bartlett, chegou a participar das ocupações durante a década de 1970. Os tensionamentos e as críticas internas, tanto da escola quanto da *Architectural Association*, culminaram na criação do *New Architecture Movement* (NAM), em 1975, que representou uma coalizão de estudantes, arquitetos e ativistas²¹.

Ocupar é um ato político presente em diversos países e contextos históricos (dentre os quais se faz inevitável pensar no Brasil contemporâneo), e traz consigo uma variedade de significados e debates, incluindo o questionamento sobre a posse da terra, a questão da propriedade e sua função social, os processos ditos de “gentrificação” de áreas da cidade e a ineficácia histórica de políticas habitacionais e urbanas. Em *Housing: An Anarchist Approach* (de 1976), Colin Ward buscou demonstrar que as experiências autogestionárias e desvinculadas das instituições governamentais, como as do *Squatters Movement* ou o fenômeno *Plotlands*, são valiosas por si mesmas, em suas temporalidades e contextos sociais e geográficos, e devem ser analisados levando em consideração suas respectivas conjunturas e não como alternativas a serem reproduzidas sem considerar as especificidades de cada ambiente (WARD, 1976).

¹⁹ Durante este período, Lewis Mumford trocava cartas com Frederic J. Osborn, um dos principais membros do movimento da *Cidade-Jardim* e então presidente da *Town and Country Planning Association*, instituição independente fundada por Ebenezer Howard visando colocar em prática seus ideais. Após a liberação dos 850 assentamentos em 1954, Osborn escreveu para Mumford: “ Nas últimas semanas houveram ocupações organizadas em mansões vazias, com aprovação pública suficiente para forçar o governo e as autoridades a requisitar mais ativos - uma vitória para os anarquistas...” (OSBORN, 1945, apud WARD, 1983, p.1, tradução nossa).

²⁰ Uma análise da décima terceira edição do *Squatters Handbook* (de 2009), a qual apresenta os aspectos legais das ocupações, os direitos da população sem-teto, aspectos práticos e estratégicos desde a seleção de imóveis à serem ocupados aos passo-a-passo para garantia de energia elétrica e água, possibilita imaginar o conteúdo que circulava no início do movimento, da década de 1940.

²¹ No final da década de 1970, um grupo de mulheres da NAM começou a se reunir separadamente para construir uma agenda feminista. Elas organizaram conferências e exposições resultando na formação do *Feminist Design Collective*, que mais tarde se dividiu na prática de arquitetura feminista e no grupo de discussão *Matrix*. O trabalho de Christine Wall intitulado *We don't have leaders! We're doing it ourselves* (2016) aprofunda nas relações entre o *Squatters Movement* e o movimento feminista britânico da segunda metade do século XX.

Existe ainda um outro acontecimento narrado por Ward que contribuiu para alargar o campo de debates sobre participação - e especialmente sobre autogestão na construção do espaço -, alcançando vias de institucionalização. Considerado por Ward (1989) como um sinônimo de autoconstrução, o Método Segal prioriza a habilidade e rapidez de construção não necessitando de mão de obra especializada, além de ser um sistema construtivo econômico que evita desperdícios. Trata-se de uma estrutura modular de tramas de madeira montada *in loco* elaborada por Walter Segal em 1966, arquiteto suíço radicado em Londres. Segal desenvolveu o sistema inicialmente para a construção de uma casa temporária, enquanto a sua ainda estava em construção no mesmo terreno; porém, devido ao bom acabamento e à rapidez que a moradia foi finalizada, a tecnologia chamou atenção entre os vizinhos e se disseminou.

Na década de 1970, à medida que crescia a crise habitacional na Inglaterra, Segal ansiava por encontrar uma instituição que patrocinasse uma experiência do tipo "construa você mesmo". Segundo Ward (1989), o distrito londrino de Lewisham decidiu fazê-lo, porém, em terrenos muito pequenos ou inclinados demais para atender ao seu próprio programa de construção. Após dois anos e meio de atraso (porque a proposta não se ajustava às formas padronizadas de financiamento, fornecimento ou controle de edifícios), a construção se iniciou. Além desta proposição prática, Segal problematizou a insuficiência do ensino em arquitetura e urbanismo para lidar com a realidade e, principalmente, com processos participativos:

"Arquitetos estão extremamente despreparados para assistir pessoas que querem construir com suas próprias mãos. Arquitetos terão que ser treinados para serem facilitadores. Isso não é ensinado, mas tais habilidades são muito necessárias. A educação arquitetônica deve ser completamente alterada. Existe futuro para os arquitetos - mas eles precisam aprender habilidades muito diferentes e não podem mais se esconder atrás daqueles chamados "valores arquitetônicos". Nenhum de meus autoconstrutores está interessado em discutir o projeto de fachadas nem a habilidosa proporção de cheios e vazios. Por outro lado, uma pessoa razoavelmente treinada pode ajudar um construtor leigo que tem apenas uma ideia muito rudimentar de espaço. Uma habilidade que pode ser ensinada. Deve acionar a imaginação, soluções rasas e premeditadas podem ser evitadas." (SEGAL, SD, apud MCKEAN, 1987, p.13, tradução nossa)²².

Infelizmente, essa experiência, assim como outros acontecimentos que Ward traz em suas narrativas, além de sua própria obra e sua relação com os demais arquitetos e urbanistas cujas ideias e práticas compõem o campo de debates sobre participação, são pouco exploradas pela historiografia corrente revisitada. Sua relação com De Carlo, por

²² Embora pouco referenciado pela historiografia corrente, diversos trabalhos atestam a importância de Segal no debate internacional em torno das possibilidades de autonomia dos "usuários" na produção da moradia. Colin Ward traz a figura de Segal em diversos de suas publicações, mas principalmente em seu artigo "The community architect" (1989). Além de Ward, o arquiteto John Mckean vem se debruçando sobre o método de Segal, a exemplo do livro *Learning from Segal: Walter Segal's Life, Work and Influence* (1988).

exemplo, iniciou-se logo após a graduação do arquiteto italiano quando este, envolvido com a frente antifascista italiana, publicou o artigo *Il problema della casa* na revista anarquista *Volontà* (nº 10 do ano 1948), no qual, refletindo sobre a questão da habitação das camadas populares na Itália, questionava o alcance do estado na resolução do problema, evidenciando que a contribuição técnica só teria impacto na medida em que fosse articulada à “colaboração comunitária”:

“O problema da casa não pode, portanto, ser resolvido de fora, é um problema do povo (...). Algumas vias de ação, já experimentadas no passado, voltam hoje. Vale a pena examiná-los para esclarecer suas fraquezas e limites: são elas o estabelecimento de cooperativas, a ocupação ilegal de edifícios desabitados, a greve do aluguel. A solução é estabelecer cooperativas de construção e cooperativas de inquilinos ligadas por um programa de ação e mecanismo financeiro comuns, o primeiro a ser usado para produção com métodos racionais, o segundo para uso e gestão. O financiamento também deve ser autônomo, resolvido localmente de acordo com as circunstâncias, tanto quanto possível, no apoio mútuo dos membros que pertencem à comunidade - contribuições em dinheiro, horas de trabalho, produtos a serem transformados em dinheiro, etc. exigindo subsídios daqueles que estão nas mãos da riqueza social, comprometendo os municípios a ceder áreas municipais e materiais de construção gratuitos ou de baixo custo.[...] A casa, em suma, se estende à comunidade.” (DE CARLO, 1948, p.160, tradução nossa.)

Este trabalho de De Carlo foi traduzido e publicado por Ward no jornal anarquista britânico *Freedom* no ano seguinte. A relação entre os arquitetos é adensada também pelas contribuições de Ward para a *Spazio e Società*²³, revista italiana de arquitetura e urbanismo dirigida por De Carlo, como mencionado anteriormente no presente trabalho. O exercício de investigação direcionada às publicações dos arquitetos em periódicos, revistas e jornais, aos quais estavam vinculados, seja como editores (no caso de De Carlo e a *Spazio e Società*) ou como colaboradores (no caso da *Volontà*), ou mesmo no caso mais ampliado de Ward e a *Freedom Press*, tem se mostrado um potencial caminho de pesquisa buscando entender as relações e diálogos entre arquitetos, urbanistas e teorias anarquistas²⁴.

Ward, por exemplo, fundou, em 1961, a revista britânica *Anarchy*, na qual também trabalhou como editor. As suas publicações mensais contribuíram tanto para adensar a perspectiva anarquista dos eventos correntes, quanto para o debate sobre planejamento urbano, e, em especial, as questões sobre habitação social, como no caso dos relatos sobre o

²³ Para a publicação de dezembro de 1978 Ward escreveu o artigo intitulado *Educazione alla conoscenza per la trasformazione dell'ambiente* (p. 72 – 84) e, posteriormente em 1997, o artigo intitulado *A margini o in campo aperto?* (90-93). Além das publicações de sua autoria, no ano de 1979 sua presença é marcada na revista italiana através do trabalho de Egle Becchi intitulado *A proposito di Colin Ward* (p. 5-7). Os dados acerca dos índices das publicações da *Spazio e Società* estão disponíveis em Daidone (2012).

²⁴ Nesse sentido, é importante problematizar o alcance dado às proposições práticas da arquitetura e do urbanismo pela historiografia corrente visitada. Estes conteúdos acabam por estar muito mais focados na análise de um ‘produto final’ de autoria centralizada no arquiteto, não considerando os processos, debates e agentes envolvidos, nem as dimensões políticas, históricas, socioculturais (e até mesmo geográficas, porque não dizer) no qual estas experiências se inserem.

Squatters Movement. Além disso, o número 35 da revista (de janeiro de 1964) traz o artigo de William Manging “*The Barriada: a case history*”, no qual narra a trajetória de vida de uma família moradora das Barriadas de Lima, suas estratégias de autoconstrução e celebra a lei peruana de “Remodelação, Saneamento e Legalização de Assentamentos Marginais”, de 1961.

De Carlo e Ward contribuíram novamente para a aproximação entre arquitetura e urbanismo e a corrente anarquista em 1989, quando ambos publicaram para a *Rivista Anarchica* (nº 161, fevereiro), revista italiana focada em assuntos anarquistas na qual essa em específico teve como temática “*A Come Architettura, A Come Urbanística: Kropotkin, Ward, De Carlo... il punto di vista libertário*”. Em seu trabalho intitulado *L'importante è partecipare*, Ward retoma ao *Squatters Movement* e afirma que as ocupações de edifícios vazios por toda Europa pós-guerra, assim como as demais manifestações e ações diretas, condicionaram um maior envolvimento da população no planejamento urbano. Já De Carlo, após considerar que o exercício profissional do arquiteto e do planejador urbano possui um viés autoritário, tensiona as contribuições teóricas da geração anterior:

“Sempre houve uma corrente importante, que tem seu próprio fio, sua continuidade, que sempre foi deixada de lado pela crítica oficial e pela celebração historiográfica da arquitetura moderna. É uma corrente que tem Kropotkin e suas ideias de urbanismo e fundações libertárias manifesta através de grandes figuras como Patrick Geddes, libertário por formação e dotado de uma personalidade multifacetada e humanamente muito rica - tanto que ele poderia se definir como sociólogo, antropólogo, urbanista, arquiteto, etc.” (DE CARLO, 1989, p.31, tradução nossa).

De fato, décadas antes das publicações de John Turner, nos quais defende o gerenciamento e o controle total dos usuários como uma saída para a problemática habitacional, já no contexto urbano europeu do início do século XX, teóricos de cunho ideológico anarquista já criticavam os efeitos da produção capitalista habitacional, seu caráter de propriedade privada, em vivo contraste com a produção coletiva da cidade onde se ancora (RIZEK; LOPES, 2006). Para Piotr Kropotkin, geógrafo russo considerado um dos principais pensadores políticos da primeira geração do anarquismo, o contraponto para tais resultados da produção capitalista viria da ação direta popular.

Diversos dos escritos de Kropótkin atravessam as questões das cidades e da moradia apontando as consequências da efervescência industrial na vida urbana, defendendo a tomada de poder às massas²⁵. Em especial, seu capítulo sobre “Habitações”, em seu livro *A conquista do pão* (de 1906) foi essencialmente um manual sobre o que deveria acontecer em uma “sociedade revolucionária”: uma distribuição equitativa de habitações existentes de acordo com as necessidades de cada família (WARD, 1996). Recentemente, o seu artigo intitulado *A Moradia* foi traduzido e publicado em uma revista acadêmica nacional por Cibele Rizek, a qual apresenta as possíveis inquietações que os escritos do geógrafo podem fomentar: “Retomar Kropotkin pode ser um começo: se não como um corolário destacado

²⁵ Dentre eles, destacam-se: *A Conquista do Pão* (1892), *Campos Fábricas e Oficinas* (1898), *Ajuda Mútua: um fator em evolução* (1902).

de um tempo e um lugar, como manifestação lúcida do reconhecimento de contradições e perversidades que insistimos em tratar como naturais.” (RIZEK, 2006).

Nesse momento, a imersão nas publicações visitadas evidencia um potencial caminho investigativo, através das menções e referências às contribuições de outras gerações a este campo de debates sobre participação que o grupo de pesquisa vem tentando delinear coletivamente e, em específico, aos adensamentos de sua nebulosa, conformados pelos atravessamentos do pensamento urbanístico por teorias anarquistas, foco da pesquisa de iniciação científica que movimenta este artigo. De fato, é possível apreender tal adensamento nessa perspectiva, evidenciando relações que podem ser inscritas, como propõe De Biase (2012), numa certa “genealogia” (seja de ideários ou práticas) que remonta à Patrick Geddes e outros anarquistas humanistas do século XIX e começo do século XX, como o próprio Kropotkin. Se Geddes fora retomado em algumas dimensões por integrantes do Team X²⁶, também Turner irá reivindicar essa espécie de “herança”. Além de ter contribuído para o apêndice da segunda edição de *Cidades em Evolução*²⁷, Turner adaptou o modelo de sistemas gerais elaborado por Geddes (em 1877) como ferramenta de análise básica do processo de habitação, sua relação com as pessoas e com seu contexto²⁸. Apesar de, em nenhum dos escritos revisitados pela pesquisadora, Turner ter mencionado o anarquismo ou sua filiação a tais teorias e movimentações políticas, é possível apreender em sua produção indícios de sua aproximação às mesmas, aspecto frequentemente silenciado nas narrativas históricas “oficiais”, em detrimento da potente circulação e impacto internacional de sua produção.

Dentre a historiografia corrente visitada, a obra *Cidades do Amanhã* de Peter Hall (2016) se distingue das demais por apresentar não apenas a convergência entre os pensamentos e ideias defendidas pelos arquitetos e urbanistas, mas também as relações e diálogos que alguns tinham entre si, tensionando, à sua maneira, essa genealogia. Logo na introdução, Hall (2016) defende que muitas das concepções iniciais do pensamento urbanístico, em específico as proposições de Ebenezer Howard para as *Cidades Jardins*²⁹ e a

²⁶ Em *Conversations with Students* (2005), Peter Smithson menciona, a respeito da aproximação dele e de sua esposa às ideias de Geddes, que isso se deveu a um “renascimento do trabalho de Patrick Geddes depois da guerra”, na formação dos estudantes ingleses de então.

²⁷ Colin Ward, no prefácio de *Housing by People* de John Turner, irá afirmar sobre a obra “*Cities in Evolution*”, de Geddes, “constitui um verdadeiro manual de participação cidadã na tomada de decisões sobre o ambiente habitado” (WARD, 1976, p. 36, tradução nossa).

²⁸ “A análise parte de ter três elementos: pessoas, as coisas que eles fazem e as relações entre os dois, onde a função é a relação e tanto o organismo quanto o ambiente estão agindo um sobre o outro. Nos termos mais simples e úteis, qualquer processo habitacional específico pode ser descrito como a interação das pessoas e seus produtos (ou realizações) através de seus papéis e responsabilidades (ou atividades).” (TURNER, 1976, p. 67, tradução nossa).

²⁹ Em 1898, Howard publicou o livro *To-morrow*, o qual na segunda edição de 1902 foi intitulado *Garden-Cities of To-morrow*, produtos de sua crítica à cidade industrial inglesa. Através de diagramas-chaves, Howard expôs sua proposta da *Cidade Jardim*, a qual estava ancorada nos ideais de comunidade, cooperação e liberdade (os dois últimos os quais estão presentes no terceiro ímã do diagrama-chave, elaborado por Howard na primeira edição) (HALL, 2016). A *cidade-jardim* seria o resultado da iniciativa dos próprios indivíduos, trabalhadores e da iniciativa privada que comprariam terrenos afastados das grandes cidades, a preços baixos (durante a crise da agrícola britânica do fim do século XIX) para construir moradias, indústrias e demais serviços.

defesa de Patrick Geddes da cidade como “instrumento de evolução”³⁰, ascenderam do movimento anarquista do fim do século XIX e início do século XX.

De Kropotkin e seu contemporâneo Reclus³¹, Geddes extraiu a posição de que cada região pode desenvolver a capacidade de autogestão, desde à construção de casas à produção do saber científico, visando assim reconstruir a sociedade de cidade em cidade (HALL, 2016). Segundo Hall (2016), quando Geddes era membro da união socialista de Carpenter, em Sheffield, ouviu uma palestra de Kropotkin sobre a união entre trabalho artesanal e intelectual. Posteriormente, Kropotkin escreve uma carta à Reclus relatando a experiência de autoconstrução no subúrbio de Edimburgo, na qual Geddes participou. Seu conceito de *cirurgia conservadora* enfatizava o valor que Geddes dava à produção do espaço realizada pelas pessoas comuns: “são o subproduto da vida prática, seu movimento e experiência e, portanto, necessitavam apenas de melhorias.” (GEDDES, 1917, apud HALL, 2016).

Peter Hall, assim como os teóricos narrados por ele, manteve uma relação com os anarquistas e suas teorias, tendo publicado em colaboração com Colin Ward, o livro *Sociable Cities: The Legacy of Ebenezer Howard* (em 1998), no qual expõem o plano de Howard para trinta novas cidades do Reino Unido, além da narrativa de Ward sobre o fenômeno Plotlands. Sobre Howard, Hall (2016) afirma que seus diagramas foram lidos de forma literal e não abstrata e que suas concepções foram mal interpretadas como um modelo formal:

“Acusam-no de querer mover pessoas como se fossem peões de um tabuleiro de xadrez, quando na verdade ele sonhava com comunidades construídas por vontade própria e autogovernadas. Mas o maior dos enganos foi vê-lo como um planejador físico, esquecendo que suas cidades-jardim eram meros veículos para a reconstrução progressiva da sociedade capitalista dentro de uma infinidade de comunidades cooperativas.” (HALL, 2016, p.121).

Voltando ao contexto de crise urbana europeia da segunda metade do século XX, Hall, em conjunto com os arquitetos britânicos Paul Barker, Reyner Banham e Cedric Price³², propuseram a provocação: “a situação pioraria se não houvesse planejamento urbano algum? Talvez ela até melhorasse” (BARKER, 2000, p. 4, tradução nossa). A inquietação dos

³⁰ Em seu livro *Cidades em Evolução* (de 1905), Geddes defende a necessidade de um estudo aprofundado da região antes da elaboração do planejamento para uma cidade, o qual deve conter o levantamento dos recursos naturais, o uso que o homem faz deste espaço e as demais complexidades resultantes da interação entre o homem e o meio ambiente (HALL, 2016). Além dessa consagrada publicação, Geddes propôs a Torre de Observação, para sua cidade Edimburgo, mas que poderia ser replicada em demais localidades, a qual serviria como espaço de estudos da cidade. Durante sua viagem à Índia, Geddes elaborou diversos estudos sobre a situação das cidades indianas que passavam por um processo de modernização.

³¹ Geógrafo francês da segunda metade do século XIX, o qual é considerado, assim como Kropotkin, um dos principais teóricos do anarquismo. Fora expulso da França por ter lutado ao lado da Comuna em 1871 e fora encarregado de projetar o grande globo para a Exposição Universal de 1900 (HALL, 2016).

³² No início da década de 1960, Cedric Price desenvolveu sua proposta do *Fun Palace* em colaboração com o diretor teatral Joan Littlewood. O edifício nunca foi construído e de certo modo, para a década de 60, quando a arquitetura efêmera ainda estava entrelaçada com o imaginário do *Archigram*, por exemplo, o *Fun Palace* tensionava a própria definição de arquitetura, pois não era nem um edifício convencional finalizado, mas sim uma espécie de andaime ou estrutura que promovia uma máquina socialmente interativa (MATHEW, 2005).

arquitetos e urbanistas resultou na publicação de *Non-Plan: An experiment in Freedom* no jornal britânico *New Society* (1969). O grupo estava insatisfeito com os processos burocráticos do planejamento urbano que retardavam a resolução de problemas urgentes, como o déficit habitacional, os quais poderiam ser resolvidos não necessariamente de maneira mais fácil, mas com mais rapidez, através da autogestão. Além disso, os arquitetos criticavam a inquestionabilidade do planejamento, cujos procedimentos e julgamentos, segundo eles, não tinham bases sólidas acarretando em constantes alterações de estilos (BARKER, 2000).

O grupo provocava, então, o questionamento: “Por que não ter a coragem, onde é aplicável, de deixar as pessoas moldarem seu próprio ambiente?” (BARKER, 2000, p.7, tradução nossa). A proposição presente no artigo define - através de uma sutil ironia, vale ressaltar -, para três zonas da Inglaterra um “não-planejamento cuidadosamente controlado” (BANHAM et al., 1969, p. 435, tradução nossa), aproveitando da pressão social local e admitindo que não seria possível aplicar essa concepção em qualquer contexto. Segundo os arquitetos, o Non-Plan possibilitaria, no mínimo, conhecer o real desejo da população e suas consequências físicas seriam os “verdadeiros padrões do presente” (BANHAM et al., 1969, p. 438, tradução nossa).

Cabe nesse momento a reflexão acerca dos riscos da defesa irrestrita da ideia de um “não planejamento”, a depender dos contextos políticos. Tanto o *Non-Plan* quanto as demais proposições expostas ao longo do presente trabalho, devem ser consideradas a partir de seus respectivos contextos políticos, sociais e urbanos. A propagação da defesa da autoconstrução e de um “não planejamento”, por exemplo, sem considerar as particularidades locais, pode levar a resultados diferentes da solução das problemáticas urbanas. Além disso, atribuir a responsabilidade do espaço público aos habitantes pode legitimar a desresponsabilização do estado frente às problemáticas urbanas. Na América Latina, por exemplo, como bem aponta Valladares (1985), a apropriação da estratégia de autoconstrução da moradia como solução para o déficit habitacional por agências internacionais de financiamento acarretou na interrupção do apoio dado por governos da América Latina na execução de projetos habitacionais convencionais, agravando o problema em questão. Por outro lado, Valladares (1985) problematiza quando a autoconstrução é adotada pelo governo como solução, afirmando que, ao fazê-lo, transfere o que é da sua atribuição para a população.

Construindo algumas questões

Ao revisitar as concepções teóricas e propositivas em torno da liberdade e autonomia dos indivíduos na produção do espaço urbano, sobretudo aquelas atravessadas em alguma medida pelas teorias anarquistas, o campo de debates sobre participação que vínhamos delineando na pesquisa coletiva foi adensado com ideias e práticas não evidenciadas pela “história oficial” (Gagnebin, 2013) da arquitetura e do urbanismo, demonstrando a possibilidade de construir diferentes perspectivas investigativas acerca do pensamento urbanístico, ainda pouco exploradas. O esforço aqui empreendido, no sentido de articular e sintetizar alguns atravessamentos do urbanismo pelas teorias e práticas anarquistas, se mostrou um desafio devido ao “emaranhado” de relações exploradas (ou por explorar) e sua

diversidade de possibilidades de leitura, desafio inerente ao “modo de pensar por nebulosas” do qual temos nos valido na pesquisa. É importante ressaltar que tais relações estão longe de ser esgotadas e apresentam potenciais desdobramentos para futuras agendas de pesquisa.

Recentemente, o livro “Non-Plan: Essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism” (2000) rememorou a publicação de “Non Plan” (1969) há 40 anos. Além de provocar a releitura da publicação, a obra agrupa outros escritos de demais pesquisadores que tensionam o debate em torno da liberdade, autonomia, anarquismo e, inclusive, a discussão sobre gênero nas cidades. Ward, como era de se esperar, comparece na publicação comemorativa:

“Para mim, e para as pessoas que querem dar espaço para a liberdade da experimentação em arquitetura e planejamento, a importância de voar na pipa do ‘Non-Plan’ foi uma tentativa de criar espaço para as alternativas de ‘faça-você-mesmo’ contra o rival ortodoxo das burocracias e contra o desenvolvimento especulativo da indústria. A tentativa não obteve sucesso, mas o fato de discutirmos sobre isso 30 anos depois indica o quão raro esse desafio foi.” (WARD, 2000, p.51, tradução nossa).

Nesse sentido, Ward nos aproxima ao contexto contemporâneo que atualiza este campo de debates sobre participação, no qual se amplia significativamente o espectro de exemplos de ações ditas “colaborativas” ou “participativas” de atuação no espaço público e, em última instância, de produção da cidade: parklets; hortas urbanas; intervenções artísticas em ruas e calçadas; food trucks; cadeiras e sombreiros de praia no asfalto; faixas de pedestres improvisadas; mobiliários urbanos de pallet e ruas abertas. Além disso, as ideias revisitadas durante o presente trabalho nos remetem, inevitavelmente, à realidade urbana latino-americana, na qual a dimensão autoconstruída das cidades segue perene (e permeada de precariedades). Abordar a complexidade da circulação dos pensamentos urbanísticos atravessados pelas teorias anarquistas e seus desdobramentos propositivos em uma perspectiva histórica que propõe relaciona-los, estabelecendo tensionamentos, possibilita também ampliar as reflexões sobre as práticas contemporâneas, os esvaziamentos de sentido dos conceitos de autonomia, autogestão, liberdade e cooperação no campo do urbanismo, sua reutilização e, principalmente, os limites do seu enfrentamento perante o urbanismo institucionalizado, tão criticado por Ward, Turner e De Carlo.

REFERÊNCIAS

- ADVISORY SERVICE FOR SQUATTERS (ASS). **Squatters Handbook**. Londres: julho de 2009, 13^o ed.
- BARKER, P. **Thinking the unthinkable**. In: HUGHES, J.; SADLER, S. *Non-Plan: Essays on Freedom, Participation and Change in Modern Architecture and Urbanism*. Nova York: Architectural Press, 2000. p. 2-21.
- BANHAM, R.; BARKER, P.; HALL, P.; PRICE, C. *Non-Plan: An Experiment in Freedom*. **New Society**, 26, 1969, p. 435 – 443.
- BARONE, A. C. **Team 10, Arquitetura como crítica**. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____; DOBRY, S. A. **“Arquitetura participativa” na visão de Giancarlo de Carlo**. Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 15, p. 18-31, jun. 2004.
- BLUNDELL, P.; PETRESCU, D.; TILL, J. **Architecture and Participation**. 2. Ed. Taylor & Francis e-Library, 2005. 333p.
- BRENNER, N. **Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** *Emetropolis*, Rio de Janeiro, v. 27, ano 27, p. 6-18, dez. 2016.
- COHEN, J. **O futuro da arquitetura desde 1889: Uma história mundial**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades uma antologia**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DE CARLO, G. Entrevista. *Vitruvius*, São Paulo, n. 032.2, ano 8, out. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/08.032/3292?page=4>>. Acesso em: 7 ago. 2018.
- _____. Il problema della casa. In: **Volontà**, n. 10, 1948
- _____. L'architetto e il potere. In: **A Rivista Anarchica**, Milão, n. 1, fevereiro de 1989, p. 30 – 32.
- DIADONE, I. **SPAZIO E SOCIETÀ: Giancarlo De Carlo e il tema della base sociale dell'architettura**. 2012. 410f. Tese de Doutorado em Design Arquitetônico. Politecnico di Milano - Dipartimento di Architettura e Studi Urbani, Milão.
- FRAMPTON, K. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GAGNEBIN, J. M. Origem, original e tradução. In: GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 7-30.

HALL, P.; WARD, C. **Sociable Cities: The Legacy of Ebenezer Howard**. 1. ed. Londres: Academy Press, 1998

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HUAPAYA, José Carlos; GRAPPI, Leticia. Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. 17, São Paulo, 2017. Anais. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

HUGHES, J.; SADLER, S. **Non-Plan: Essays on Freedom, Participation and Change in Modern Architecture and Urbanism**. Nova York: Architectural Press, 2000.

KROPOTKIN, P. A moradia. Tradução de Cibele S. Rizek in: **Risco**, São Paulo, n. 3, v. 2, 2006. p. 105-109.

LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical urbanism: short-term action for long-term change**. Washington: Island Press, 2011. v. 1:

MANN, William. **The plotlands experience: The Self-Build Settlements of Southeast England. Suburbia and Social Democracy**, OASE, (61), 110–123. Disponível em: <<https://www.oasejournal.nl/en/Issues/61/ThePlotlandsExperience>>. Acessado em: 16/12/2017

MANGIN, W. The Barriada: a case history. In: **Anarchy**. Londres, n.35, p. 18-23, Janeiro 1964.

MCKEAN, John. **Becoming an Architect in Europe between the wars**. In: Architectural History, Londres. Vol: 39, 1996, p. 124 – 146.

_____. **A Discourse on Method: The Segal System**. Londres: Architizer, 1987.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX**. São Paulo, SP: Gustavo Gilli, 2015. 272p.

PEREIRA, M. O rumor das narrativas: A história da arquitetura e do urbanismo do século XX no Brasil como problema historiográfico. Notas para uma avaliação. **Redrobra**, Salvador, ano 5, n. 13, p. 201-247, 2014b.

PEREIRA, M.; JACQUES, P. (Org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I: modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018.

PULHEZ, M.; ROSA, T. **Ideários e práticas participativas na produção da cidade e da habitação no Brasil: entre o idealismo e a normatividade, uma herança do século XX?** In: XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Carlos, IAU/USP, 2016.

RIZEK, C.; LOPES, J. M. A. Sobre a moradia: em tempo. In: **Risco**: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo eesc-usp. Vol. 3, n. 2, 2006.

TILL, J. **The architect and the other. Open Democracy**, [S.l.], 25 June 2006. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/ecology-landscape/architecture_3680.jsp>. Acesso em 7 ago. 2018.

TURNER, J. F. C; FICHTER, R. **Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process**. Nova York: Collier Macmillian, 1972.

TURNER, J. F. C. **Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras**. Revista Arquitetura IAB, Rio de Janeiro, n. 68, p. 17-19, fev. 1968.

_____. **Housing by people: towards autonomy in building environments**. Nova York: Phanteon books, 1976.

VALLADARES, Lícia. POLÍTICAS ALTERNATIVAS DE HABITAÇÃO POPULAR: Um vôo sobre a literatura internacional. In: **Espaços & Debates: Revista de estudos Regionais e Ambientais**. Nº 16, Ano V – 1985, São Paulo.

WALL, C. “We don’t have leaders! We’re doing it ourselves!” Squatting, Feminism and Built Environment Activism in 1970s London. **Field-journal**, vol.7, n. 1, 2016. p. 129-141.

WARD, C; HARDY, D. **Arcadia for All: The Legacy of a Makeshift Landscape**. Londres: Freedom Press, 1984.

WARD, C. **Alternatives in architecture**. In: Talking to Architects: Ten Lectures by Colin Ward. Londres: Freedom Press, 1996. P. 11 -17.

_____. The people act: the postwar squatters’ movement. In: WILBERT, Chris; WHITE, Damian. **Autonomy, solidarity, possibility: The Colin Ward Reader**. Edimburgo: AK Press, 2011. p. 65-70.

_____. Prefácio. In: TURNER, J. F. C. **Housing by people: towards autonomy in building environments**. Nova York: Phanteon books, 1976.

_____. Walter Segal – community architect. In: WILBERT, Chris; WHITE, Damian. **Autonomy, solidarity, possibility: The Colin Ward Reader**. Edimburgo: AK Press, 2011. p. 143-146.

_____. **Housing: an anarchist approach**. Londres: Freedom Press, 1976.

_____. **Anarchy in action**. Londres: Freedom Press, 1973.

_____. **Anarchy and architecture.** In: HUGHES, J. SADLER, S. (Ed.). *Non-plan: essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism.* Oxford: Architectural Press, 2000.

_____. L'importante è partecipare. In: **A Rivista Anarchica**, Milão, n. 1, fevereiro de 1989, p. 25 – 30.

_____. **The Hidden History of Housing,** Londres: Freedom Press, 2004.

WATES, N.; WOLMAR, C. **Squatting: The Real Story.** Londres: Bay Leaf Books, 1980.

WILBERT, Chris; WHITE, Damian. **Autonomy, solidarity, possibility: The Colin Ward Reader.** Edimburgo: AK Press, 2011. 377p.
